



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

COMPETÊNCIA

Crêterios de competência - Parte 4

Prof(a). Bethania Senra

- Se um processo corre na Justiça Estadual e é admitida a interven o da União, autarquias, funda es públicas e empresas públicas federais, os autos serão remetidos   Justiça Federal.
- Pode, contudo, a Justiça Estadual indeferir o ingresso desses entes no processo quando eles manifestem seu interesse?

Súmula 150, STJ: Compete   Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas.

UNIÃO. JUSTIÇA FEDERAL. COMPETENCIA. USUCAPIÃO.
ALDEAMENTO INDIGENA. (...)

3. A sum. 150/stj não impede que o juiz estadual afaste a alegação de interesse da união, quando sem fundamentação razoável, do ponto de vista jurídico, ou por absoluta impossibilidade física, como tem sido reconhecido, em casos tais, na instancia ordinária. recurso não conhecido.(REsp 114.359-SP, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar. 4ª Turma. Publicado em 10/11/1997).

Regras gerais para a apura o de competência: (sugerida por Nelson Nery Jr.)

- Se a a o pode ou não ser proposta perante a justiça brasileira (arts. 88 e 89 do CPC);
- Sendo da justiça brasileira, se não se trata de competência originária do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça (arts. 102, I e 105, I, da CF);

- Se a competência não é de alguma das justiças especiais (arts. 114, 121 e 124 da CF);
- Não sendo de competência das justiças especiais, verificar se a competência   da justiça comum federal ou estadual (art. 109, CF);
- Qual o foro competente, o que exige consulta ao CPC ou a lei federal especial;
- Qual o juízo competente, nos termos das normas estaduais de organiza o judiciária.